

## INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INFORMATIVO Nº 179/2024

**TEOR DA SOLICITAÇÃO:** Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do PROJETO DE LEI Nº 1.891/2022, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

**SOLICITANTE:** COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

**AUTOR:** Marcos Rogério Rocha Mendlovitz  
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área  
Educação, Cultura, Esporte, C&T e Comunicações

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

## 1. SÍNTESE DA MATÉRIA

---

O PL 1891/2022 insere dispositivo no art. 18-A da Lei nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto, para que as entidades sem fins lucrativos componentes do Sistema Nacional do Desporto somente possam receber recursos da administração pública federal direta e indireta caso estabeleçam em seus estatutos “que a partir de 2025 haverá paridade de investimento dos recursos públicos, nas respectivas modalidades de prática esportiva, entre as categorias feminina e masculina”.

A Emenda nº 1/2023 da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER altera, na ementa do PL 1891/2022, o termo “igualdade de gênero “ para “equidade entre as categorias feminina e masculina”. Tal modificação foi realizada pelo Substitutivo da CMULHER.

O Substitutivo da CMULHER propõe o mesmo que a proposição principal. Além disso altera o termo “igualdade de gênero “ para “equidade entre as categorias feminina e masculina”.

O Substitutivo da Comissão do Esporte - CESPO propõe a obrigatoriedade de garantir isonomia no investimento de recursos públicos entre as categorias feminina e masculina, no âmbito da formação de atletas, no bojo da Lei nº 14.597/2023, que institui a Lei Geral do Esporte.

## 2. ANÁLISE

---

Da análise do Projeto de Lei nº 1891/2022, da Emenda nº 1/2023 da CMULHER e dos Substitutivos da CMULHER e da CESPO, observa-se que as matérias contidas nas respectivas proposições possuem caráter essencialmente normativo, não acarretando repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

## 3. DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

---

Não se observa infração às normas de adequação orçamentária e financeira.

#### **4. RESUMO**

---

O Projeto de Lei nº 1891/2022, a Emenda nº 1/2023 da CMULHER, o Substitutivo da CMULHER e o Substitutivo da CESPO propõem matéria de caráter essencialmente normativo, sem repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

Brasília-DF, 29 de agosto de 2024.

MARCOS ROGÉRIO ROCHA MENDLOVITZ  
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA